

# Reditus, SGPS, S. A. Relatório do Conselho de Administração Exercício de 2009

#### Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei, designadamente quanto ao estabelecido no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, e com os nossos Estatutos, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Balanço e a Demonstração de Resultados, da Reditus, SGPS, S. A., relativos ao exercício de 2009.

#### 1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2009 revelou-se um período de continuidade relativamente a 2008, ano que coincidiu com o início da maior crise económica de que o Mundo tem memória desde a longa depressão dos anos 30, na sequência do crash bolsista de 1929. A crise que começou por ser financeira, atingiu ao longo do ano as economias reais da generalidade dos países desenvolvidos e atingiu no terceiro e quarto trimestres de 2008, contornos globais.

No ano de 2009 o Produto da economia portuguesa sofreu uma quebra de 0,8 p.p. face ao registado no ano anterior. Este resultado foi particularmente influenciado pelo abrandamento geral da actividade económica em função do acentuar da crise financeira iniciada em 2007. A quebra na actividade real foi também acompanhada pela continuação da desaceleração da inflação iniciada em 2008.

Em termos concretos, este comportamento do Produto Nominal foi influenciado pelo abrandamento da procura interna e, mais precisamente, pela quebra do investimento. A quebra da procura externa reflectiu-se numa fortíssima inversão do anterior padrão de crescimento das exportações, facto que se tem vindo a verificar desde 2008. Estas variações reflectiram as consequências da crise financeira global por via da quebra de confiança dos consumidores e dos empresários e da quebra no acesso ao crédito mormente do crédito ao comércio internacional. O consumo privado registou igualmente uma evolução negativa, com uma inversão deste sentido no último trimestre do ano onde se verificou um crescimento de 1 p.p.

O mercado de trabalho mostrou sinais de deterioração, tendo a taxa de desemprego subido 1,2 p.p. para 10,1 % no final do ano.

A economia portuguesa não divergiu face à zona Euro, que decresceu igualmente em 2009, mas a um nível ainda superior, 4,1 p.p.. As perspectivas de crescimento económico para 2010 apontam no sentido de um crescimento na ordem dos 0,7 p.p para Portugal e entre 0,1 p.p. e 1,5 p.p. na zona Euro, invertendo a tendência recessiva iniciada na segunda metade de 2008, quer em Portugal, quer na generalidade das economias desenvolvidas.

# 2. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

Fundada em 1966, a Reditus é um dos maiores *players* nacionais no sector das Tecnologias de Informação, sendo uma referência no mercado de prestação de serviços em regime de outsourcing.

No final do ano de 2008, foi concretizada a aquisição da Tecnidata, tornando-se assim o Grupo Reditus num dos três maiores grupos portugueses na área das Tecnologias de Informação. O exercício de 2009 foi, então, caracterizado pelo processo de integração da Tecnidata, que representou uma reorganização interna entre as várias empresas que compõem o Grupo. Esta reorganização, que não foi mais do que o desenvolvimento natural de uma estratégia integrada, permite (i) alavancar os níveis de complementaridade que existem entre os vários



negócios, (ii) explorar as oportunidades de cross-selling entre as bases de Clientes dos dois grupos originais; (iii) desenvolver novos produtos e serviços, alargando as competências; (iv) aumentar a eficiência operacional e a contenção de custos; (iii) posicionar melhor o Grupo para a antecipação e reacção às tendências do mercado de ITI e para fazer face as novas realidades económicas e (v) reforçar a estratégia do Grupo de crescimento em termos não só orgânicos.

As actividades do Grupo estão estruturadas em quatro áreas de competências:

- Business Process Outsourcing (BPO)
- IT Consulting
- IT Outsourcing
- Sistemas de Engenharia e Mobilidade

As áreas de BPO, IT Consulting e IT Outsourcing representam o principal driver da estratégia do Grupo. Apesar de cada uma destas actividades ter uma exploração e desenvolvimento autónomo, elas interagem entre si e cada vez mais existem ofertas da Reditus integrando os serviços de BPO, IT Consulting e IT Outsourcing, sendo esta integração uma forte aposta de desenvolvimento de negócios da Reditus.

A Reditus SGPS detém 55% do capital social da Caleo, S. A., a totalidade do capital social da Reditus Imobiliária, S. A., e da Reditus Gestão SGPS, S. A., sendo que por intermédio desta empresa detém 68% do capital social da JM Consultores de Informática e Artes Gráficas, S. A. e a totalidade do capital social das seguintes sociedades:

- Inter Reditus Prestação Integrada de Serviços Informáticos, S. A.;
- Redware Sistemas de Informação, S. A.;
- Reditus II Telecomunicações, S. A.;
- Tecnidata IF Investimentos Financeiros SGPS, S. A.;
- Tecnidata SI Serviços e Equipamentos de Informática, S. A.;
- Tecnidata BC Business Consulting, Soluções de Software, S. A.;
- Roff Consultores Independentes, S. A.;
- Tecnidata BMT Business Management Tecnologies, S.A.;
- ALL2IT Infocomunicações, S. A.;
- Tecnisuporte Sistemas Informáticos, Lda..

Desde o final do exercício de 2009, e igualmente por intermédio da Reditus Gestão, detém a totalidade do capital da sociedade Partblack – Segurança Informática, S.A..Deste modo, a actividade da Reditus SGPS consiste na gestão directa e indirecta de um universo significativo de empresas que actuam no sector das tecnologias de informação, o que lhe confere uma posição de grande relevo no mercado português das TI's.

#### BPO - back office e front office

A Reditus apresenta actualmente as melhores soluções de BPO na área de gestão de processos de suporte de negócio, incluindo o tratamento, análise e interpretação de dados, através de metodologias próprias, processos optimizados e flexíveis e tecnologias de informação.

As actividades do BPO incluem: preparação de documentos, verificação de requisitos, análise de dados, introdução de dados, processamento de dados, digitalização, gestão de arquivo e expediente, através de operações de back-office e front-office. O objectivo centra-se na redução de custos operacionais e aumento da eficiência dos processos dos Clientes.

As características destes processos apontam para períodos contratuais de um, dois e três anos, sendo usual um período de 2 anos. Dado o profundo envolvimento entre a Reditus e os seus Cientes, e ainda a transferência de conhecimento, normalmente as relações contratuais são renovadas e prolongam-se para largos períodos de tempo.



A Reditus desenvolveu sistemas de gestão da relação com os seus Clientes e de gestão de projectos com elevado grau de sofisticação, mas que continuam sempre a evoluir e a melhorar, com base nas experiências recolhidas dos projectos realizados, e que constituem um factor muito diferenciador da sua oferta.

Os processos de negócios dos Clientes da Reditus evoluem normalmente com uma dinâmica elevada para poderem responder aos mercados em que estão presentes. Isto tem implicações na forma como os Clientes gerem os seus processos de suporte ao negócio, daí que o recurso ao *outsourcing* seja uma maneira de mais rapidamente se ajustarem e adaptarem. Também a forma como a Reditus gere os projectos e a relação com o Cliente contempla esta realidade e tem sido um factor de sucesso.

O Grupo tem entre os seus Clientes diversas empresas de grande dimensão, nomeadamente nos sectores bancário, segurador e das telecomunicações, onde trata de operações que se revestem de um elevado grau de complexidade e sigilo.

#### IT Outsourcing

O objectivo desta unidade de negócio é, de uma forma global, permitir às empresas a concentração dos seus esforços na sua actividade principal, garantindo simultaneamente uma melhor performance de todo o sistema de informação direccionado para a produtividade, eficiência, inovação e segurança.

Esta área disponibiliza às empresas uma gestão integrada de todo o seu sistema de informação. Os serviços prestados por esta área incluem: HelpDesk de Tecnologias de Informação e Comunicações (Service Desk), Gestão e Manutenção de Equipamentos, Projecto e Implementação de Redes de Dados (Networking e Segurança) e Gestão e Manutenção de Redes e Sistemas.

Mantendo relações privilegiadas de parceria com os principais construtores mundiais de hardware e software, esta área pode oferecer soluções chave-na-mão de instalações múltiplas, suporte personalizado a parques informáticos, nas vertentes de hardware ou software e todo um conjunto de serviços de suporte às infraestruturas tecnológicas de negócio.

O Grupo procedeu recentemente a uma racionalização e reestruturação societária que implicou a fusão por incorporação das sociedades que prestam serviços e fornecem soluções nesta área, permitindo a redução de custos e o aumento da eficiência operacional

#### IT Consulting

O segmento de IT Consulting presta serviços de consultoria estratégica em tecnologias de informação, consultoria técnica e de implementação de sistemas, outsourcing de tecnologias de informação e formação no âmbito de projectos.

Para melhorar a qualidade e a produtividade desta área, a Reditus tem vindo a adoptar metodologias e tecnologias que permitam uma maior agilidade e reutilização das soluções desenvolvidas, tendo implementado o conceito de fábrica de Software (Software Factory) que integra as áreas de SAP e Outsystems. Em Abril de 2009 foi criado a fábrica de Software na Covilhã numa parceria entre a Roff e a Câmara Municipal da Covilhã.

#### Sistemas de Engenharia e Mobilidade

Esta área de negócio desenvolve Soluções de Engenharia para montagem ("back-end" e "front-end") de semicondutores e outros componentes micro electrónicos, Soluções de Geo-referenciação e Telemetria, e Personalização de Documentos Financeiros.



# Área de Suporte ao Negócio

A área de suporte ao negócio engloba as unidades funcionais de apoio à gestão do Grupo: Marketing e Comunicação; Contabilidade; Controlo de Gestão; Jurídico; Imobiliário; e Recursos Humanos.

Relativamente a esta área, cumpre destacar os serviços de gestão de recursos humanos, elemento fulcral na prossecução dos objectivos do Grupo Reditus.

A Reditus considera que a formação dos seus colaboradores é fundamental para sustentar o conhecimento, o desenvolvimento, a inovação e a competitividade no mercado onde opera, razão pela qual criou, em Janeiro de 2008, o centro de formação *Reditus Business School*.

Durante o ano de 2009, a *Reditus Business School* desenvolveu várias actividades, cujos resultados convergem no sentido pleno do cumprimento da sua missão. As intervenções foram efectuadas no âmbito do ciclo formativo (diagnóstico das necessidades de formação, planeamento, concepção de cursos e dos respectivos suportes formativos, organização e execução de actividades formativas/workshops) e no âmbito do desenvolvimento do capital humano do Grupo Reditus através da identificação de talentos e da avaliação de competências.

A *Reditus Business School* efectuou parcerias para qualificar o seu capital humano. Elaborou um protocolo com a Universidade Nova de Lisboa para desenvolver formação na área de Gestão destinada a gestores e executivos, dotou profissionais com competências de liderança e direcção de equipas de projectos através da certificação PMP e ainda certificou técnicos e consultores TI em áreas da Microsoft.

A formação contínua mantém-se como um dos factores chave para a obtenção do sucesso na execução das funções e no alcançar dos objectivos previamente definidos. Durante o ano de 2009, foram realizadas um total de 86 acções de formação, envolvendo cerca de 1.379 participantes e representando um volume de formação de 8.604 horas.

#### 3. PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

A Reditus SGPS obteve em 2009 Proveitos Totais de 1.378.794 Euros, o EBITDA atingiu o valor negativo de 1.699.167 Euros e o resultado líquido foi negativo de 2.198.321 Euros.

#### 4. PERSPECTIVAS FUTURAS

A actividade da Reditus SGPS continuará centrada no apoio à gestão das empresas em cujo capital actualmente participa, directa e indirectamente, reflectindo nessa acção as orientações estratégicas definidas para todo o Grupo Reditus.

#### 5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DE EXERCÍCIO

Em 1 de Janeiro de 2010 a Tecnidata SI incorporou por fusão as sociedades Tecnidata BC – Business Consulting, Soluções de Software, S. A. e Inter Reditus – Prestação Integrada de Serviços Informáticos, S. A.. Na mesma data a ALL2IT incorporou por fusão a sociedades Tecnidata BMT – Business Management Tecnologies, S.A..

# 6. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo o exercício de 2009 encerrado com um resultado líquido negativo de 2.198.321 Euros, o Conselho de Administração propõe que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados.



#### 7. AGRADECIMENTOS

Salientamos a confiança depositada pelos Clientes, o empenho dos nossos Colaboradores na prossecução dos objectivos a que nos propusemos, bem como o apoio qualificado do Fiscal Único, dos Bancos e dos outros parceiros de negócios.

Lisboa, 10 de Março de 2010

O Conselho de Administração

Eng. Miguel Maria de Sá Pais do Amaral - Presidente

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato - Vice- Presidente e Presidente da Comissão Executiva

Eng. José António da Costa Limão Gatta - Administrador

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos - Administrador

Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite - Administrador

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira - Administrador, membro da Comissão Executiva

Eng. Francisco José Martins Santana Ramos - Administrador, membro da Comissão Executiva, CFO

Eng. António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes - Administrador

Dr. José Manuel Marques da Silva Lemos - Administrador



# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

# REDITUS, SGPS, SA

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA** EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Valores expressos em Euros)

	Notas	20	09	200	08
ACTIVO					
Activo não corrente					
Activos fixos tangíveis	6	177 031		252 382	
Goodwill	7	2 991 385		2 991 385	
Outros investimentos financeiros	8	79 955 550		76 679 898	
Activos por impostos diferidos	9	1 758 869		1 344 995	
		,	84 882 835	_	81 268 660
Activo corrente					
Inventários					
Clientes	10	611 689		185 715	
Outras contas a receber	11	54 982 993		52 495 331	
Outros activos correntes	12	1 073 843		166 023	
Activos financeiros pelo justo valor	13	363 981		353 148	
Caixa e equivalentes	13	387 961		3 960 233	
			57 420 467		57 160 450
Total do activo		,	142 303 302	-	138 429 110
		;		=	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital e reservas					
Capital nominal	14	44 630 250		44 630 250	
Acções (quotas) Próprias	14	( 1 135 357)		( 173 245)	
Reservas não distribuiveis	14	10 532 021		10 507 379	
Reservas distribuiveis	14	1 522 269		1 522 269	
Excedentes de valorização de activos fixos	14	5 939		5 939	
Ajustamentos ao valor de activos financeiros	14	54 730 563		54 326 768	
Resultados acumulados	14	12 264		5 619 642	
Resultado líquido do período		( 2 198 321)		( 3 344 556)	
		•	108 099 628	-	113 094 446
Interesses minoritários					
Total capital próprio		:	108 099 628	=	113 094 446
Passivos não correntes					
Empréstimos e descobertos bancários	15	2 000 000		1 123 615	
Outras contas a pagar	16	36 251		628 106	
Passivos por impostos diferidos		139 393		209 089	
Passivos por locação financeira	17	40 040		198 816	
		,	2 215 684	-	2 159 626
Passivos correntes					
Empréstimos e descobertos bancários	15	3 880 756		1 392 256	
Fornecedores	18	367 150		478 187	
Outras contas a pagar	16	26 123 831		19 645 883	
Provisões	19	1 398 737		1 398 737	
Outros passivos correntes	20	116 195		150 233	
Passivos por locação financeira	17	101 321		109 742	
Total de conital autania intercona a constitu		,	31 987 990	-	23 175 038
Total do capital próprio, interesses m. e passivo		;	142 303 302	=	138 429 110



# REDITUS, SGPS, SA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 e 2008 (Valores expressos em Euros)

	Notas	2009	2008
Réditos operacionais			
Rédito das vendas e dos serviços prestados			
Outros rendimentos e ganhos operacionais	21	1 378 794	3 226 455
Total dos réditos operacionais		1 378 794	3 226 455
Gastos operacionais			
Materias e serviços consumidos	22	1 878 304	3 693 473
Gastos com o pessoal	23	1 000 912	1 084 372
Gastos de depreciação e de amortização	24	85 144	89 009
Aumentos / diminuições de provisões		175 000	900 000
Outros gastos e perdas operacionais	25	198 745	231 214
Total dos gastos operacionais		3 338 105	5 998 068
Resultado operacional		( 1 959 311)	( 2 771 613)
Resultados financeiros	26	( 410 237)	( 1 062 633)
Ganhos/(Perdas) relativas a Empresas Associadas			( 457 003)
Resultado antes de impostos		( 2 369 548)	( 4 291 249)
Imposto sobre o rendimento	27	( 171 227)	( 946 693)
Resultado antes da consideração dos interesses minoritários		( 2 198 321)	( 3 344 556)
Resultado afecto aos interesses minoritários			_
Resultado líquido do período		( 2 198 321)	( 3 344 556)
EBITDA		( 1 699 167)	( 1 782 604)
RL / Acção		-0,246	-0,375



**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 e 2008 (Valores expressos em Euros)

	2009	2008
Resultado líquido do período	( 2 198 321)	( 3 344 556)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados (IAS 39)		
Justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda (IAS 39)	( 1 834 384)	
Diferenças de conversão cambial (IAS 21)		
Ganhos e (Perdas) Actuariais (IAS 19)		
Alterações no excedente de revalorização (IAS 16, IAS 38)		
Impostos sobre os itens supra quando aplicável		
Rendimento reconhecido directamente no capital próprio	( 1 834 384)	
Rendimento do período	( 4 032 705)	( 3 344 556)
Rendimento do periodo	( 4 032 705)	( 3 344 556)



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 e 2008 (Valores expressos em Euros)

	2009	2008
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	184 972	
Pagamentos a fornecedores	( 3 350 209)	( 1 484 720)
Pagamentos ao pessoal	( 444 599)	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	393 054	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	6 279 057	( 14 357 810)
Fluxos das actividades operacionais	3 062 275	( 15 842 531)
ACTIVIDADADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros		( 1 355 309)
Juros e proveitos similares	125 715	
Pagamentos respeitantes a:		
Fluxos das actividades de investimento	125 715	( 1 355 309)
ACTIVIDADADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	4 903 409	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão Outros		20 621 425
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	( 2 285 966)	
Amortização de contratos de locação financeira	( 65 154)	
Juros e custos similares	( 532 128)	
Reduções de capital e prestações suplementares	( 962 112)	
Aqusisição de acções próprias		
Outros	( 8 248 883)	
Fluxos das actividades de financiamento	(7 190 834)	20 621 425
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	( 4 002 844)	2 558 349
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 313 381	1 755 032
Caixa e seus equivalentes no fim do período	310 537	4 313 381



ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 e 2008 (Valores expressos em Euros)

	2009	2008
Numerário		
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	387 961	3 960 233
Equivalentes a caixa	363 981	353 148
Disponibilidades constantes do balanço	751 942	4 313 381
Descobertos bancários	( 441 405)	
Caixa e seus equivalentes	310 537	4 313 381



# DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Valores expressos em Euros)

Capital nominal	Acções próprias	Reservas não distribuiveis	Reservas distribuiveis	Excedentes de valorização de activos fixos	Ajustamentos ao valor de activos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
44 630 250	( 173 245)	10 507 379	1 522 269	5 939	54 326 768	5 619 642	( 3 344 556)	113 094 446
						( 3 344 556)	3 344 556	
						( 3 344 556)	3 344 556	
							( 2 198 321)	( 2 198 321)
							(2 198 321)	( 2 198 321)
	( 962 112)	24 642			403 795	( 2 262 822)		( 2 796 497)
44 630 250	(1135357)	10 532 021	1 522 269	5 939	54 730 563	12 264	( 2 198 321)	108 099 628
	nominal 44 630 250	nominal próprias  44 630 250 ( 173 245)	nominal próprias distribuiveis  44 630 250 ( 173 245) 10 507 379	nominal         próprias         distribuiveis           44 630 250         ( 173 245)         10 507 379         1 522 269	Capital nominal         Acções próprias         Reservas distribuiveis         Reservas distribuiveis         valorização de activos fixos           44 630 250         ( 173 245)         10 507 379         1 522 269         5 939	Capital nominal         Acções próprias         Reservas distribuiveis         Reservas distribuiveis         valorização de activos fixos         valorização de activos fixos           44 630 250         ( 173 245)         10 507 379         1 522 269         5 939         5 4 326 768	Capital nominal         Acções próprias         Reservas distribuiveis         valorização de activos fixos         valor de activos financeiros         Resultados transitados           44 630 250         ( 173 245)         10 507 379         1 522 269         5 939         54 326 768         5 619 642  <	Capital nominal         Acções próprias         Reservas distribuiveis         valorização de activos fixos         valor de activos fixos         Resultados financeiros         Iíquido do período           44 630 250         ( 173 245)         10 507 379         1 522 269         5 939         5 4 326 768         5 619 642         ( 3 344 556)           3 344 556         ( 3 344 556)         3 344 556         ( 2 198 321)         ( 2 198 321)           ( 962 112)         24 642         403 795         ( 2 262 822)



## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 1. ACTIVIDADE

A Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. está sediada em Lisboa, na Rua Pedro Nunes № 11.

A Reditus foi fundada em 1966 sob a designação de Reditus - Estudos de Mercado e Promoção de Vendas, SARL e tinha como actividade principal a prestação de serviços específicos, nomeadamente estudos de mercado, para o Banco de Agricultura, o principal accionista a par da Companhia de Seguros 'A Pátria'.

Em Junho de 1990, a Reditus alterou a sua denominação social, convertendo-se numa sociedade gestora de participações sociais, tendo como actividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividade económica.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de Março de 2010.

#### 2. POLÍTICAS CONTABILISTICAS MAIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas abaixo:

#### 2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, (IAS/IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as interpretações do International Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pela anterior Standing Interpretation Committee (SIC).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os normativos internacionais de relato financeiro requer o uso de estimativas e pressupostos definidos pela Administração que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e acções correntes, os resultados actuais podem, em última instância, diferir destas estimativas. No entanto, é convicção do Conselho de Administração que as estimativas e pressupostos adoptados não incorporam riscos significativos que possam originar, durante o próximo exercício, ajustamentos materiais no valor contabilístico dos activos e passivos.

#### 2.2. Bases de Valorização das Participações Financeiras

#### 2.2.1. Datas de referência

As demonstrações financeiras incluem, com referência a 31 de Dezembro de 2009, os activos, os passivos, os resultados e os fluxos de caixa das empresas Associadas, as quais são apresentadas na Nota 5.

#### 2.2.2. Participações Financeiras em Empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais a Empresa detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada no Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método de consolidação integral.

Na contabilização de aquisição de subsidiárias é utilizado o método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor dos activos entregues, acções emitidas e passivos assumidos à data de aquisição, acrescido dos custos directamente imputáveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração de actividades empresariais são mensurados inicialmente ao seu justo valor na data de aquisição, independentemente de quaisquer interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição sobre o justo valor da quota-parte do grupo nos activos líquidos identificáveis é registado



como goodwill. Se o custo da aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da filial adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período.

#### 2.2.3. Alterações ao conjunto de empresas detidas

Neste exercício verificaram-se alterações no que se refere à composição do conjunto das empresas detidas pela Reditus SGPS, com a aquisição da Partblack, SA.

#### 2.3. Activos Fixos Tangíveis

#### 2.3.1. Mensuração

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzidos das respectivas amortizações acumuladas.

Considera-se como custo de aquisição, os custos directamente atribuíveis à aquisição dos activos (soma dos respectivos preços de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado actual).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

#### 2.3.2. Contratos de Locação Financeira

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira relativamente aos quais a Sociedade assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes a posse do activo locado são classificados como activos fixos tangíveis.

Os activos adquiridos em locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado nos activos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. As amortizações daqueles bens e os juros incluídos no valor das rendas são registadas nos resultados do exercício a que respeitam.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo menor do justo valor do bem locado ou do valor actual das rendas de locação vincendas.

Os activos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pela Administração.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos são imputados aos respectivos períodos durante o prazo de locação a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre a dívida remanescente.

#### 2.3.3. Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

As vidas úteis estimadas são como se segue:

	Anos
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Ferramentas e utensílios	3-4
Equipamento administrativo	3-10
Outras imobilizações corpóreas	10-20



#### 2.4. Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição das participações financeiras em empresas do Grupo relativamente ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas participações (valores proporcionais dos capitais próprios) à data da sua aquisição. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da participada adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do exercício. Até 1 de Janeiro de 2004, o Goodwill era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e Depreciações do Exercício'. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com o IFRS 3 – Business Combinations, o Grupo suspendeu a amortização do Goodwill. A partir dessa data, os valores de Goodwill são sujeitos a testes de imparidade anuais, sendo os correspondentes valores do activo mensurados pelo custo deduzido de eventuais perdas de imparidades acumuladas. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato em resultados do exercício. Até à data não se verificaram perdas de imparidade.

#### 2.5. Imparidade dos Activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não são sujeitos a amortizações e depreciações, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade. Os activos sujeitos a amortização e depreciação são revistos anualmente para determinar se houve imparidade, quando eventos ou circunstâncias indicam que o seu valor registado pode não ser recuperável. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

#### 2.6. Outros Investimentos Financeiros

A rubrica de outros investimentos financeiros é composta pelas partes de capital em empresas do grupo e associadas e títulos e outras aplicações financeiras.

Os investimentos financeiros são valorizados, na data do Balanço, ao valor de mercado, quanto aos títulos, e pelo justo valor quanto às empresas do grupo e associadas. As mais-valias e menos-valias efectivas que resultem da venda dos referidos títulos são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

As participações financeiras que tenham experimentado reduções permanentes de valor de realização, encontram-se provisionadas.

#### 2.7. Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação. No entanto, não são calculados impostos diferidos sobre as diferenças de reconhecimento inicial de activos e passivos numa transacção relativa à concentração de actividades empresariais, quando as mesmas não afectam nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal no momento da transacção.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.



#### 2.8. Clientes e Outras Contas a Receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são registadas pelo justo valor da transacção subjacente que os originou, deduzidos de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido.

#### 2.9. Outros Activos e Passivos Correntes

Nestas rubricas são registados os acréscimos de custos, custos diferidos, acréscimos de proveitos e proveitos diferidos para que os custos e proveitos sejam contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

#### 2.10. Caixa e Equivalentes

Esta rubrica inclui, para além dos valores em caixa, os depósitos à ordem bancários e outros investimentos de curto prazo com mercado activo. Os descobertos bancários estão incluídos na rubrica de Empréstimos e Descobertos Bancários no passivo.

#### 2.11. Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

Quando a empresa ou as suas filiais adquirem acções próprias da empresa mãe, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos accionistas, e apresentado como acções próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos accionistas.

#### 2.12. Empréstimos e Descobertos Bancários

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

Os custos com juros relativos a empréstimos obtidos são registados na rubrica de custo líquido de financiamento na demonstração de resultados.

#### 2.13. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As contas a pagar de fornecedores e outros credores são registadas pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a pagar de curto prazo.

#### 2.14. Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) a Sociedade tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor seja fiavelmente estimável. As provisões são revistas à data do balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que uma diminuição de recursos que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.



#### 2.15. <u>Impostos sobre o rendimento</u>

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

## 3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As actividades da Sociedade estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco da taxa de juro

#### 3.1. Risco de crédito

A Sociedade não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas que asseguram que as vendas e prestações de serviços são efectuadas para clientes com um adequado historial de crédito.

#### 3.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de saldos financeiros suficientes, facilidade na obtenção de fundos através de linhas de crédito adequadas. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Sociedade pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

#### 3.3. Risco da taxa de juro

O risco de taxa de juro da Sociedade resulta de empréstimos a curto e longo prazo. Os empréstimos de taxa variável expõem o Grupo ao risco de fluxo de caixa relativo à taxa de juro. A Administração não considera economicamente necessária a implementação de uma política de gestão de risco de taxa de juro.

#### 4. ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E PRESSUPOSTOS CRITICOS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os normativos internacionais de relato financeiro requer o uso de estimativas e pressupostos definidos pela Administração que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato.

O Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas, que a seguir se identificam os mais relevantes:

#### 4.1. Imparidade dos Valores a Receber

Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa foram calculados de acordo com o seu valor em uso. Estes cálculos requerem o uso de estimativas

#### 4.2. Impostos Diferidos

A Sociedade contabiliza impostos diferidos activos com base nos prejuízos fiscais existentes à data de balanço e no cálculo de recuperação dos mesmos. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.



#### **5. EMPRESAS DA SOCIEDADE**

Em 31 de Dezembro de 2009, as empresas da Sociedade e as suas respectivas sedes, capital social e proporção do capital detido eram as seguintes:

Empresa Holding e Empresas Filiais	Sede	Capital Social	% Capital Detido
Empresa noiding e Empresas Finais	Seue	Social	Detido
Reditus SGPS, SA	Lisboa	44.630.250 €	
Reditus Gestão Sociedade Gestora Participações Sociais,SA	Lisboa	5.000.000 €	100%
Reditus Imobiliária, SA	Lisboa	1.750.000 €	100%
Caleo, SA	França	1.200.000 €	55%
BCCM, Inovação Tecnológica, Lda	Alfragide	250.000 €	100%

# 6. <u>ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS</u>

# 6.1. <u>Movimentos ocorridos nas rubricas dos Activos Fixos Tangíveis e nas respectivas Amortizações</u>:

#### **Activo Bruto:**

	Saldo em 31/12/2008	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2009
Equipamento básico	6 599	2 276			8 875
Equipamento de transporte	288 191				288 191
Equipamento administrativo	314 930	7 517			322 446
Outras imobiliz. corpóreas	12 820				12 820
	622 539	9 793			632 332

#### Amortizações Acumuladas:

	Saldo em 31/12/2008	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2009
Equipamento básico	6 599	443			7 041
Equipamento de transporte	153 163	46 825			199 989
Equipamento administrativo	200 532	37 784			238 316
Outras imobiliz. corpóreas	9 863	92			9 955
	370 157	85 144			455 301

#### 6.2. Activos em Locação Financeira

O Grupo detém diversos activos sob o regime de locação financeira que estão afectos a sua actividade operacional. No final do contrato, o Grupo poderá exercer a opção de compra desse activo a um preço inferior ao valor de mercado. Os pagamentos de locação financeira não incluem qualquer valor referente a rendas contingentes.



De seguida apresentamos a composição dos bens adquiridos em regime de locação financeira e os seus respectivos valores líquidos:

		Amortizações	
	Valor Bruto	Acumuladas	Valor Líquido
Equipamento Administrativo	249 740	106 660	143 080
Viatura	187 306	97 813	89 493
	437 046	204 473	232 573

#### 7. GOODWILL

O goodwill da Reditus SGPS SA refere-se, à aquisição dos 55% da participação no capital social da Caleo ocorrida em 2001, ao reforço da participação na BCCM. Em 31 de Dezembro de 2009, o valor líquido do goodwill ascendia a 2.991.385 euros líquidos, correspondendo ao remanescente entre os valores contabilísticos da participação no capital da Caleo, e a proporção que representam nos capitais próprios dessas empresas, com referência a 01 de Janeiro de 2004 no caso da Caleo (data em que se deixou de amortizar as diferenças de consolidação positivas ao abrigo do parágrafo 79 da IFRS 3) e da BCCM a 30 de Setembro de 2008.

	Valor de Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Caleo, SA	2 939 957	661 977	2 277 980
BCCM, Inovação Tecnológica, Lda	713 405		713 405
	3 653 362	661 977	2 991 385

O goodwill foi objecto de avaliação de imparidade pelo método do "Discounted Cash-flow" pelo Professor Dr. Rui Alpalhão. Nesse contexto, procedeu-se a análise do valor do negócio, actualizando, à data de referência, o valor dos cash-flows projectados num horizonte de 5 anos, considerando o plano de negócios estabelecido pela administração do Grupo, as perspectivas do sector de actuação, além de aspectos macroeconómicos. Foi utilizada taxas de crescimento nominal na perpetuidade de 2,0%. Para o cálculo do WACC foi utilizada a taxa de desconto de 10,4%, construída utilizando o Beta de mercado, um prémio de risco de mercado de 6%, o custo de dívida médio do Grupo e target de gearing de 20%.

Conforme referido na nota 2.5.1, o goodwill resultante da concentração de actividades é registado como activo e não é sujeito a amortização. Sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor e, pelo menos, no final de cada exercício, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Até à data não se verificaram quaisquer perdas de imparidade.

#### 8. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:



	Valor Bruto	Variação	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Reditus Imobiliária	12 312 364	( 1 834 384)		10 477 980
Indutec	134 675		134 675	
Reditus Brasil	149 692		149 692	
EIN SI SA	2 238 180		2 238 180	
Reditus Gestão	62 341 909	4 875 000		67 216 909
BCCM	1 038 314	235 036		1 273 351
Caleo	987 311			987 311
ICSA/MIS	57 781		57 781	
Redserv	718 269		718 269	
Inforgal	806 785		806 785	
	80 785 279	3 275 652	4 105 381	79 955 550

Estes investimentos financeiros encontram-se valorizados ao justo valor com as respectivas variações reconhecidas no capital próprio. A variação de 3.275.652 euro verificado nesta rubrica refere-se ao aumento de capital de 4.875.000 euros na Reditus Gestão e de 235.036 euros na BCCM e ao reconhecimento da imparidade de 1. 834.384 euros relativa à participação financeira na Reditus Imobiliária, activo este que está classificado como activo disponível para venda.

### 9. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos activos e passivos são atribuíveis às seguintes rubricas:

	Acti	vos	Pass	ivos	Valor L	íquido
	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2008
Ajustamentos	373 219	399 665			373 219	399 665
Prejuízos fiscais reportáveis	1 385 650	945 330			1 385 650	945 330
Reservas de reavaliação						
Outros			139 393	209 089	( 139 393)	( 209 089)
Imp. diferidos activos/ (passivos) líq.	1 758 869	1 344 995	139 393	209 089	1 619 476	1 135 906

Os ajustamentos são decorrentes da desvalorização de títulos detidos e constituição de provisões, para riscos e encargos

Os prejuízos fiscais reportáveis são os seguintes:

Ano de Prejuízo Fiscal	Valor do Prejuizo	Valor da Dedução
2005	1 705 381	426 345
2008	1 065 837	266 459
2009	2 771 380	692 845
	5 542 598	1 385 650

19



#### 10. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2009	2008
Clientes Correntes	611 689	185 715

#### 11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica Outras Contas a Receber é composta como se seque:

	2009	2008
Estado e Outros Entes Públicos	391 418	165 096
Empresas do Grupo e Participadas	27 966 840	18 958 840
Outros accionistas	46 920	46 920
Outros Devedores	26 577 815	33 324 475
	54 982 993	52 495 331

A rubrica de "Outros Devedores" foi reexpressa em 2008 na sequência do ajustamento de 364.624 euros que resulta de um erro ocorrido em períodos anteriores decorrente da Administração ter considerado incorrectamente como recuperáveis, um conjunto de saldos de natureza devedora que se revelaram não recebíveis, razão pela qual foi decidido proceder à sua correcção na informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras, conforme prevista na IAS 8 – Políticas contabilísticas, Alterações nas estimativas contabilísticas e Erros, i.e. através da reexpressão das quantias comparativas para os períodos anteriores.

#### 12. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de outros activos correntes era composta como se segue:

	2009	2008
Acréscimos de proveitos		
Outros acréscimos de proveitos	1 054 636	118 786
Custos diferidos		
Outros custos diferidos	19 207	47 237
	1 073 843	166 023

A variação na rubrica de "Outros acréscimos de proveitos" reflecte maioritariamente a especialização de contas no exercício.

#### 13. CAIXA E EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos bancários	387 961	3 960 233
Activos financeiros pelo justo valor	363 981	353 148
	751 942	4 313 381



As rubricas de "Activos financeiros pelo justo valor" são valorizadas, na data do Balanço, pelo valor de mercado e compreendem essencialmente títulos cotados.

#### 14. CAPITAL PRÓPRIO

	Saldo em 31/12/2008	Aplicação Result 2008	Result Liq do Exerc	Outros	Saldo em 31/12/2009
Capital nominal a)	44 630 250				44 630 250
Acções Próprias <b>b)</b>	( 173 245)			( 962 112)	( 1 135 357)
Prestações Suplementares					
Reservas não distribuiveis c)	10 507 379			24 642	10 532 021
Reservas distribuiveis	1 522 269				1 522 269
Exedentes de valorização de activos fixos	5 939				5 939
Ajust. ao valor de Activos Fin. d)	54 326 768			403 795	54 730 563
Resultados acumulados e)	5 619 642	( 3 344 556)		( 2 262 822)	12 264
Resultado Líquido do período	( 3 344 556)	3 344 556	( 2 198 321)		( 2 198 321)
	113 094 446		( 2 198 321)	( 2 796 497)	108 099 628

- a) O Capital Social da Reditus é de 44.630.250 euros representado por 8.926.050 acções ao portador de valor nominal de 5 euros cada, que se encontravam em 31 de Dezembro de 2009 cotadas no mercado oficial da Euronext Lisboa.
- **b)** A 31 de Dezembro de 2008, a Reditus S.G.P.S. detinha em carteira 49.327 acções próprias, representativas de 0.55% do seu capital social

No dia 23 de Fevereiro de 2009, a Reditus SGPS celebrou um Contrato de Liquidez com a Lisbon Brokers Sociedade Corretora, S.A., do qual decorreu a compra de 36.137 acções próprias ao preço médio de 7,12 euros e a venda de 7.282 ao preço médio de 6,97 euros.

No dia 29 de Junho de 2009, a Reditus SGPS procedeu à aquisição, através de operação fora de bolsa, de 104.428 acções próprias ao preço unitário de 7,20 euros.

A 31 de Dezembro de 2009, a Reditus S.G.P.S. detinha em carteira 182.610 acções próprias, representativas de 2.05% do capital social.

- c) O aumento das reservas distribuíveis em 24.642 euros deve-se à aplicação dos resultados de 2007
- d) O Ajustamento ao valor de activos financeiros no montante de 403.795 euros deve-se à reclassificação no montante de 2.238.179 para resultados transitados dos valores efectivamente realizados, dado que as empresas em questão já não existem bem como ao reconhecimento da imparidade relativa à participação financeira na Reditus Imobiliária no montante de 1.834.384.
- e) Os resultados transitados de 2008 foram reexpressos na sequência do ajustamento de 364.624 euros que resulta de um erro ocorrido em períodos anteriores decorrente da Administração ter considerado incorrectamente como recuperáveis, um conjunto de saldos de natureza devedora que se revelaram não recebíveis, razão pela qual foi decidido proceder à sua correcção na informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras, conforme prevista na IAS 8 Políticas contabilísticas, Alterações nas estimativas contabilísticas e Erros, i.e. através da reexpressão das guantias comparativas para os períodos anteriores.

A diminuição verificada no exercício de 2009 em resultados transitados de 2.262.822 euros corresponde ao montante referido na alínea c) e à reclassificação no montante de 2.238.179 euros referido na alínea d).



# 15. <u>EMPRÉSTIMOS E DESCOBERTOS BANCÁRIOS</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

	2009	2008
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	2 000 000	1 123 615
Correntes		
Empréstimos Bancários	1.133.926	1 392 256
Descobertos Bancários	441.405	
Contas Correntes Caucionadas	2 305 425	
	3 880 756	1 392 256
	5 880 756	2 515 871

Em 2009, o prazo de reembolso dos empréstimos é como se segue:

	<b>T</b> ( )	Menos de 1	Entre 1 e 5
	Total	ano	anos
Empréstimos Bancários	3 133 926	1.133.926	2 000 000
Descobertos Bancários	441 405	441 405	
Contas Correntes Caucionadas	2 305 425	2 305 425	
Papel Comercial			
	5 880 756	3 880 756	2 000 000

# 16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de outras contas a pagar tinha a seguinte composição:

	2009	2008
Não Correntes		
Empréstimos por obrigações		529 861
Estado e Outros Entes Públicos	36 251	98 245
	36 251	628 106
Corrente		
Empréstimos por obrigações	311 417	87 594
Empresas do Grupo	200 000	
Outros accionistas	43 287	43 287
Estado e Outros Entes Públicos	121 771	362 251
Outros Credores	25 445 694	19 152 751
	26 123 831	19 645 883
	26.160.082	20.273.989



#### 16.1 Empréstimos Obrigacionistas

Encontra-se registado um montante de 311.417 euros resultante dos empréstimos obrigacionistas Reditus 91 e Reditus 93, dos financiamentos para aquisição de participações e imobilizado.

Em Assembleia Geral de Obrigacionistas realizada em 1 de Março de 1999 foi aprovado que os juros relativos aos três primeiros semestres contados a partir de 2 de Março de 1999 seriam, como aconteceu com os respeitantes aos anteriores cinco semestres, capitalizados no respectivo vencimento e pagos conjuntamente com as prestações de reembolso de capital.

- O reembolso do capital seria de acordo com o seguinte plano:
  - Ano 2000 Uma prestação de 2,8571% do capital, no dia 2 de Setembro
  - Do ano 2001 a 2004 inclusive Duas prestações de 2,8571% do capital, nos dias 2 de Março e 2 de Setembro.
  - Do ano 2004 a 2006 inclusive Duas prestações de 4,2857% do capital, nos dias 2 de Março e 2 de Setembro.
  - Ano 2007 Uma prestação de 4,2857% do capital, no dia 2 de Março e uma de 7,1429% no dia 2 de Setembro.
  - Do ano 2008 a 2010 inclusive Duas prestações de 7,1429% do capital, nos dias 2 de Março e 2 de Setembro.

#### 16.2 Estado e Outros Entes Públicos

Na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, as responsabilidades estão divididas entre a dívida corrente, relativa aos meses em curso e pagas nos meses seguintes e as responsabilidades que se encontram a ser liquidadas em regime prestacional, como se segue:

	2009	2008
Finanças		
Segurança Social	36 251	98 245
	36 251	98 245

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos devedores e credores para como o Estado e Outros Entes Públicos são como se segue:

	2009	2008
Saldos Devedores		
IRC – A Recuperar		44 222
Retenção imposto s/ rend.		120 875
IVA - A Recuperar	391 418	
	391 418	165 096
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	104 548	109 943
Retenção imposto s/ rend.	11 938	161 289
Contribuição p/ Seg. Social	5 285	91 019
	121 771	362 251
Não corrente		
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional	36 251	98 245
	158 022	460 496



# 17. PASSIVOS POR LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor dos Passivos por Locação Financeira era como segue:

	2009	2008
Não Correntes		
Equipamento Administrativo	40 040	85 961
Viaturas		112 856
	40 040	198 816
Correntes		
Equipamento Administrativo	55 316	67 934
Viaturas	46 005	41 808
	101 321	109 742
	141 361	308 558

O detalhe das rendas vincendas e dos prazos de maturidade dos contratos de locação financeira são os que constam nos quadros seguintes:

	Capital em Divida 31/12/2009
Pagamentos até 1 anos	101 321
Pagamentos entre 1 e 5 anos	40 040
	141 361

### 18. <u>FORNECEDORES</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2009	2008
Fornecedores, Conta Corrente	367 150	387 994
Fornecedores, títulos a pagar		2 031
Fornecedores, facturas em rec. e conf.		88 162
	367 150	478 187

# 19. PROVISÕES E AJUSTAMENTOS

Durante o exercício de 2009, os movimentos das Provisões e Ajustamentos foram como segue:

	Saldo em 31/12/2008	Aumentos	Abates	Saldo em 31/12/2009
Aplicações de tesouraria	1 158 167		( 10 833)	1 147 334
Clientes cobrança duvidosa				
Depreciação existências				
Outros devedores cob. duvidosa	104 971			104 971
Empresas do Grupo	2 461 456			2 461 456
Outras Provisões	1 398 737			1 398 737
Aplicações financeiras	4 105 381		( 3 179 604)	925 777
	9 228 712		( 3 190 436)	6 038 275



O ajustamento de Aplicações de Tesouraria resulta do valor de cotação dos títulos em carteira.

O ajustamento de Aplicações Financeiras resulta da anulação das participações financeiras totalmente provisionadas e referentes às sociedades fiscalmente desactivadas.

## 20. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica Outros Passivos Correntes tinha a seguinte composição:

	2009	20 08
Acréscimos de Custos		
Remunerações a pagar ao pessoal	87 119	103 290
Juros a liquidar	14 062	46 944
Outros acréscimos de custos	15 014	
	116 195	150 233
Proveitos Diferidos		
	116 195	150 233

A rubrica de Acréscimos de Custos inclui, basicamente a especialização dos encargos com férias e subsídio de férias a liquidar em 2010 e cujo direito se venceu em 31 de Dezembro de 2008.

#### 21. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

2009	2008
1 206 570	3 150 052
172 225	76 403
1 378 794	3 226 455
	1 206 570 172 225

#### 22. MATÉRIAS E SERVIÇOS CONSUMIDOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

2009	2008
29 016	14 861
125 159	101 707
17 607	16 693
90 303	60 129
1 524 009	3 405 693
900	
91 309	94 390
1 878 304	3 693 473
	29 016 125 159 17 607 90 303 1 524 009 900 91 309



#### 23. GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2009	2008
Remunerações	527 286	962 212
Encargos sobre Remunerações	110 104	90 865
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	10 339	27 097
Outros Custos com Pessoal	353 183	4 198
	1 000 912	1 084 372

### 23.1 Número Médio de Colaboradores

Em 31 de Dezembro de 2007, o número médio de colaboradores ao serviço foi de 8,4 pessoas.

# 24. AMORTIZAÇÃO E DEPRECIAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2009	2008
Activos Fixos Tangíveis		
Equipamento básico	443	
Equipamento de transporte	46 825	32 241
Equipamento administrativo	37 784	56 687
Outras imobiliz. corpóreas	92	82
	85 144	89 009

### 25. <u>OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2009	2008
Impostos e Taxas	28 636	6 228
Outros	170 109	224 986
	198 745	231 214



# 26. <u>RESULTADOS FINANCEIROS</u>

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, tinham a seguinte composição:

	2009	2008
Custos e Perdas Financeiras		
Juros pagos		
empréstimos	112 681	212 348
contratos de locação		17 491
mora e compensatórios	234 423	119 119
outros	15 879	13 071
	362 983	362 029
Ajustamentos aplicações financeiras	80 572	740.145
Perdas Emp. Grupo e Associadas		506 460
Outros Custos e Perdas Financeiras	92 397	571 923
	535 952	1 674 098
Proveitos e Ganhos Financeiros		
Juros Obtidos	795	10 139
Ganhos em aplicações de tesouraria	26 328	94 723
Ganhos Emp. Grupo e Associadas		49 457
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	98 592	143
	125 715	154 462
Resultado Financeiro	( 410 237)	( 1 519 636)

# 27. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

2009	2008
16 479	16 430
( 187 706)	( 963 123)
( 171 227)	( 946 693)
	16 479 ( 187 706)



### 27.1 Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a taxa média efectiva de imposto difere da taxa nominal:

	2009	2008
Resultados Antes de Impostos	( 2 369 548)	( 4 291 249)
Impostos à taxa de 25%	( 592 387)	( 1 137 181)
Amortizações e provisões não aceites para efeitos fiscais	146.310	73.027
Multas, coimas, juros compensatórios	59 181	31 606
Correcções relativas ao ano anterior		3 630
Tributação Autónoma	16 479	16 430
Reconhecimento de passivos por impostos diferidos	( 65 751)	(69 696)
Outros	264 942	135 491
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	( 171 227)	( 946 693)
Taxa média efectiva de imposto	7,2%	22,1%

#### 28. COMPROMISSOS

As receitas da Reditus respondem pelo serviço da dívida emergente da emissão dos empréstimos obrigacionistas Reditus 91 e 93, no montante de 311.417 euros.

À data de 31/12/2009 a empresa respondia pelas seguintes garantias bancárias:

Valor (Euros)	À ordem de	Origem
22 551	IGFSS	Garantia de pagamento de processos executivos
1 564 831	DGCI	Garantia de pagamento de processos executivos

# 29. EVENTOS SUBSEQUENTES Á DATA DO BALANÇO

Não existem eventos subsequentes à data do balanço que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras.

#### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA Lisboa

#### Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 142 303 302 euros e um total de capital próprio de 108 099 628 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2 198 321 euros), as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

#### Responsabilidades

- 2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) a preparação de informação financeira histórica, que esteja de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) prestar informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa, a sua posição financeira ou os seus resultados.
- 3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### Âmbito

- 4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 30 de Março de 2010